

Manual de Projeto Dirigido de Aprendizagem

PDA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. METODOLOGIA	7
2.1. CARACTERÍSTICAS DO PDA	7
2.2. EMENTA DO PDA	8
2.2.1. Ementa geral	8
2.2.2. Ementa diversificada	8
2.3. ENGENHARIA E MEDICINA	
2.5. CARACTERÍSTICAS DA SITUAÇÃO PROBLEMA	24
3. AVALIAÇÃO	24
3.1. AVALIAÇÃO DO PROJETO DIRIGIDO DE APRENDIZAGEM	25
3.2. PROCEDIMENTOS PARA O LANÇAMENTO DE NOTAS	26
4. INFRAESTRUTURAS	27
REFERENCIAS	29
	30

INTRODUÇÃO

O mundo vem experimentando mudanças aceleradas fruto do desenvolvimento científico e tecnológico que possibilitou, entre outros aspectos, a comunicação instantânea entre os países, a queda de barreiras, levando à tão propalada globalização e ao consequente aumento da competitividade nos diversos tipos de organizações. Como decorrência desse novo cenário, mudou o perfil necessário do profissional para atender às demandas do mercado de trabalho. Não é mais possível a inserção laboral de profissionais que portem, apenas, um agregado de conteúdos. Em lugar, eles precisam ter uma postura analítica e reflexiva e portarem competências (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores), ou seja, terem a capacidade de mobilizarem, integrarem e aplicarem os conhecimentos e os aplicarem a um contexto real. Profissionais que agregam diferenciais

seus ambientes de trabalho são aqueles que são capazes de identificar problemas, analisá-los, encontrar suas “causas raiz”, propor soluções e implementá-las com sucesso. Em acréscimo, deverá ter uma atuação que vai além da área técnica, pois necessita dominar os aspectos de gestão do seu núcleo de trabalho, com vistas à racionalidade, economicidade, produtividade e eficiência. encontrar suas “causas raiz”, propor soluções e implementá-las com sucesso. Em acréscimo, deverá ter uma atuação que vai além da área técnica, pois necessita dominar os aspectos de gestão do seu núcleo de trabalho, com vistas à racionalidade, economicidade, produtividade e eficiência. Além disso, tem que ter atuar alinhado com as políticas de sustentabilidade ambiental. Todos estes aspectos levam à necessidade de um profissional que consiga unir o conhecimento focado na técnica com uma visão abrangente e sistêmica.

A discussão sobre o perfil do egresso extrapola, ainda, as questões imediatas do mercado de trabalho e atinge proporções maiores que dizem respeito à formação do profissional que o prepare para atuar como um agente de transformação da sociedade, ou seja, à pertinência do processo educacional. O Relatório elaborado pela Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI destaca o papel essencial da educação, tanto para as pessoas quanto para as sociedades, não como um "remédio milagroso" para os males que assolam as diferentes civilizações, mas como uma alternativa segura "que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras [...]". Na continuidade, o Relatório estabelece: para que a educação possa desempenhar essa função, ela terá que assentar-se em quatro pilares básicos que são Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver Juntos e Aprender a Ser. Em síntese, se por um lado, a

educação precisa dar respostas imediatas às demandas da globalização e da crescente competitividade, por outro, ela precisa formar pessoas que indaguem e questionem. Diante dessa nova realidade, fica uma grande questão: como conduzir o processo do ensino e da aprendizagem de modo a formar o perfil do profissional que atenda às atuais necessidades de formação? Esta questão traz à tona uma grande discussão que vem sendo, cada vez mais frequente nos meios acadêmicos.

Por seu turno, as políticas educacionais vêm buscando determinar uma mudança de direção na educação nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no seu Art. 43 que estabelece as finalidades da educação superior cita, entre outros aspectos, “estimular o pensamento reflexivo” e “formar diplomados aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira”.

Ainda em relação à legislação, o Parecer CNE/CES 776/1997, cujo assunto é a orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, estabelece oito princípios que devem ser observados, dentre os quais se destacam os enunciados na sequência: a) estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno; b) encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;

c) fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão.

Evidencia-se, assim, uma clara intenção de induzir a mudança da forma como acontecem os processos do ensino e da aprendizagem na educação superior brasileira. E esta questão é relativa muito mais efetivamente às práticas e aos modelos do ensino que vem sendo adotados, do que aos conteúdos que constam dos Projetos Pedagógicos de Curso. Ao tratar sobre educação no Ensino Superior, percebe-se o contexto regional, nacional e internacional apresentam desafios. As IES são estimuladas a transformar seus processos de avaliação fomentando metodologias que valorize a equidade, qualidade de ensino e aprendizagem, metodologias ativas e a relevância da autonomia, de trabalhar situações problemas vivenciadas na prática de ensino para mais amplitude ao conhecimento dos alunos e possível futura atuação profissional na área.